



**CONTRATO CEDAE N.º 185/2019 (DPR)**  
que entre si celebram a **COMPANHIA**  
**ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
(CEDAE) e a **LEANKEEP SOFTWARE LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio do Assessor Técnico de Serviços da ADPR-43.2, Sr. LEONARDO CORREA SÁ, e de seu Diretor Presidente, Sr. RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominada **CEDAE**, e a **LEANKEEP SOFTWARE LTDA.**, sediada na Rua Solimões, 318, São Francisco, Curitiba, Paraná, Cep. 80.510-325, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.256.133/0001-25, neste ato por meio de seus Administradores, Sr. FELIPE ROSITO MICHELENA, e Sr. LEONARDO ROSITO MICHELENA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato autuado no fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.576/2019**, mediante **Dispensa de Licitação nº 014/2019 (DPR)**, com fundamento no art. 29, II, da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado, cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente tem por objeto a contratação de serviços destinados à **"IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO PRÉDIO SEDE DA NOVA CEDAE"**, conforme aprovado às fls. 377 do processo de referência pelo Sr. Assessor de Logística Chefe da DPR-ADPR-41, Sr. MAURÍCIO XISTO FREIRE.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência (doc. anexo) e a proposta da **CONTRATADA** autuada às fls. 28/33 do processo administrativo de referência, cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no TERMO DE REFERÊNCIA anexo:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a CEDAE informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **02 (dois) anos** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela CEDAE após a assinatura deste contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC e comprovada a permanência da situação de inexigibilidade ou dispensa que a ensejou, a presente contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência contratual.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de implantação não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.

Av. Pres. Vargas, 2655 Cidade Nova. Rio de Janeiro  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





#### CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2020, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110305  
 Programa de Trabalho: 2200022016  
 Código Orçamentário: 33903966  
 Fonte de Recursos: 10  
 Reserva Orçamentária: 2020000075

#### CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada sob o regime de execução por preço global, sendo o seu valor total de **R\$ 15.332,00 (quinze mil, trezentos e trinta e dois reais)**, conforme tabela abaixo:

Descrição	Preço	Quantidades	Mensalidade	VALOR TOTAL DO CONTRATO (02 ANOS)
Assinatura básica	R\$ 299,00	01	R\$ 299,00	13.032,00
Usuário Administrador	R\$ 99,00	01	R\$ 99,00	
Usuário Operacional	R\$ 29,00	05	R\$ 145,00	
TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO (VALOR ÚNICO)				2.300,00
TOTAL A SER PAGO				15.332,00

**Parágrafo Único** – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

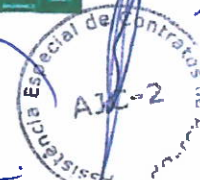
#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

**Parágrafo Segundo** – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA**

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
 CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br





prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Quarto** - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

**Parágrafo Sexto** - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sétimo** - Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** - Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo** - Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)







- a. medição/detalhamento do serviço prestado;
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a CONTRATADA estiver enquadrada na situação prevista na cláusula tercelra, letra "j", deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

**Parágrafo Quinto** - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima segunda.

**Parágrafo Sexto** - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

#### CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

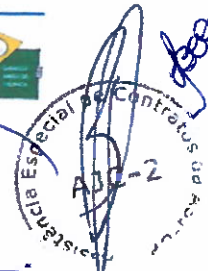
A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRABESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Terceiro** - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br





**Parágrafo Quarto** - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**Parágrafo Quinto** - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

**Parágrafo Sexto** - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

**Parágrafo Sétimo** - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**Parágrafo Oitavo**- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**Parágrafo Nono**- Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela **CEDAE**.

**Parágrafo Décimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

O valor contratual poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGPM-FGV, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data da proposta (Io), conforme a expressão matemática a seguir.

$$R = Po \left[ \frac{I - Io}{Io} \right]$$

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





*R = Valor do reajustamento*

*Po = Preço Contratual*

*I = IGPM-FGV correspondente ao mês do reajustamento*

*Io = IGPM-FGV correspondente ao mês da proposta.*

- a) *Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.*
- b) *O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à fatura dos serviços.*

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contado da assinatura do contrato.

**Parágrafo Segundo** - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

**Parágrafo Terceiro** - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

**Parágrafo Quarto** - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta (*Io*).

**Parágrafo Quinto** - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

**Parágrafo Sexto** - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da **CEDAE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

*A subcontratação do serviço será permitida desde que prévia e expressamente autorizado pela CEDAE, respeitado o limite de 3% (três por cento) do objeto contratual para qualquer movimentação de equipamentos, acessórios e peças, sendo horizontalmente e verticalmente, dentro quanto fora da CEDAE, e desde que a execução da parcela principal ou de maior relevância do contrato não seja subcontratada.*

**Parágrafo Primeiro** - *Não será permitida a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação.*

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** será responsável, para todos os fins, pela execução e fiscalização da parcela do objeto contratual executado pelo subcontratado, não havendo qualquer prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais em razão da subcontratação.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá apresentar documentação do subcontratado comprovando sua qualificação técnica necessária à execução da parcela do serviço que será objeto da subcontratação.

**Parágrafo Quarto** - Competirá à Comissão de Fiscalização a verificação dos documentos mencionados, dos limites da subcontratação estabelecidos no edital e no contrato e das condições impeditivas constantes do art. 78, §2º, da Lei nº 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa; e
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

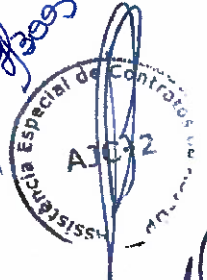
**Parágrafo Segundo** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

**Parágrafo Terceiro** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)







ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima primeira, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**Parágrafo Oitavo** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





**Parágrafo Nono** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Décimo** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima primeira, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual poderá ocorrer:

- I - por ato unilateral e escrito da CEDAE, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II - por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE;
- III - por decisão judicial ou arbitral; ou
- IV - antecipadamente, por interesse exclusivo da CEDAE, desde que previamente notificada a CONTRATADA com prazo mínimo de 30 dias

**Parágrafo Segundo** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**Parágrafo Quinto** - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**Parágrafo Único** – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**Parágrafo Primeiro** – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**Parágrafo Segundo** – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Av. Pres. Vargas, 2655 Cidade Nova, Rio de Janeiro  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)



**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da CONTRATADA a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

**Parágrafo Segundo** - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

**Parágrafo Terceiro** - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

**Parágrafo Quarto** – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A CONTRATADA deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à CEDAE, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da CEDAE não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplimento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a CONTRATADA se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da CONTRATADA em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br







- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

**Parágrafo Quinto** – A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**Parágrafo Segundo** – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**Parágrafo Terceiro** – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





**Parágrafo Quarto**– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto**– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**Parágrafo Sexto**– Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo**– A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

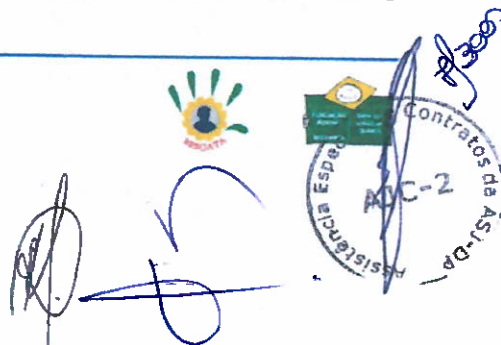
- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo-Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo-Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**Parágrafo Décimo-Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

**Parágrafo Décimo-Quarto** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

Av. Pres. Vargas, 2653 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)



NP



O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da CEDAE.

**Parágrafo Único** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 23 de Março de 2020.

Pela CEDAE:

  
**LEONARDO CORREA SÁ**  
Assessor Técnico de Serviços da ADPR-43.2

  
**RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO**  
Diretor Presidente

Pela CONTRATADA:


  
**FELIPE ROSITO MICHELENA**  
Administrador

**Felipe Rosito Michelena**  
CPF 798.216.188-87  
RG 4275.841-8

  
**LEONARDO ROSITO MICHELENA**  
Administrador

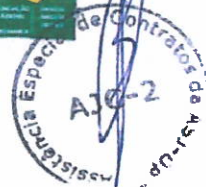
**Leonardo Rosito Michelena**  
CPF 020.436.308-89  
RG 8.181.872-3

TESTEMUNHAS:

  
**LUCIMAR E. P. VILAS BOAS**  
CPF: 026.490.899-62

Ref. Contr-LEANKEEP-serviço-contínuo-DL-014-19-dpr

Av. Pres. Vargas, 2655 Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)







## ANEXO

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO PRÉDIO SEDE DA NOVA CEDAE**

##### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para implantação de sistema informatizado de manutenção para o prédio Sede da CEDAE, localizado na Av Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova RJ, considerando utilização de software específico, de forma a melhorar o processo de manutenção predial preventiva e solicitações de usuários internos.

##### **JUSTIFICATIVA**

A utilização de um sistema informatizado de manutenção, permite obter a qualquer tempo, com agilidade e precisão, um levantamento atualizado e integrado do que está acontecendo, pois seu uso integra a manutenção de forma automática. A extração de dados confiáveis de forma ágil, torna-se uma ferramenta de grande importância estratégica na manutenção, sendo possível realizar análises para a otimização da utilização de recursos.

Um sistema automatizado, permite criação de um processo definido e eficiente, o que irá resultar em melhorias na produtividade e consequentemente com mais disponibilidade para atividades produtivas e equipamentos. A informatização da área de planejamento e controle da manutenção, traz a máxima otimização dos recursos necessários ao atendimento das necessidades operacionais das instalações e solicitações de trabalho de usuários internos, além de um elevado índice de previsibilidade, disponibilidade de equipamentos e qualidade.

Será utilizado Dispensa de Licitação de Baixo Valor conforme art. 29, incisos I e II da Lei Ordinária Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016 no caso previsto de contratação de serviços de engenharia no valor de até R\$ 100.000,00;

Av. Pres. Vargas, 2655 Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





### ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para implantação de sistema informatizado de manutenção, com objetivo de automatizar as atividades de controle de manutenção e emissão de ordens de serviço, sejam preventivas, corretivas ou a partir de pedidos de usuários internos. Otimizar recursos, cadastrar equipamentos e melhorar processo de informação, além de armazenar dados históricos para permitir geração de relatórios gerenciais e operacionais.

É vedada a subcontratação total do objeto, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

ITEM	CÓDIGO IFS	NOMECLATURA	QUANT	UNID	VL. MENSAL	VL. TOTAL
01	2111050018	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	1	UN		
02	2110010007	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E/OU HARDWARE	1	UN		

### ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- Sistema permitir cadastro com Informações detalhadas dos equipamentos e instalações;
- Sistema permitir planejamento manual das ordens de serviço preventivas e corretivas;
- Sistema permitir planejamento automático da manutenção preventiva (ordens de serviço);
- Sistema permitir planejamento automático de rotinas de inspeção (check list);
- Sistema permitir monitoramento de ordens de serviço atrasadas, e andamento e planejadas;
- Sistema permitir solicitação de serviços por usuários internos à engenharia de manutenção;
- Sistema permitir monitoramento das solicitações de serviço
- Sistema permitir rastreabilidade de informações armazenadas;
- Sistema permitir registro de mão de obra própria e de terceiros nas atividades de prevenção e correção;

Av. Pres. Vargas, 2655 Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





- Sistema permitir planejamento de serviços realizados por terceiros e prestadores;
- Sistema permitir registro de histórico de equipamentos e instalações;
- Sistema permitir geração de indicadores de desempenho na manutenção (equipamentos e equipe)
- Implantação do sistema e treinamento de equipe
- Não deverá haver restrição quanto ao número de usuários que irão usar o sistema para solicitar ordens de serviço;
- Considerar assinatura mês, além de 6 usuários que utilizam o sistema, contemplando 1 para ações entre administrar sistema (realizam qualquer operação, acompanha toda implantação e tem acesso direto ao suporte) e 5 para operacionalizar o sistema (cadastrar, acompanhar, dar andamento, solucionar tarefas nos quais estejam envolvidos)
- O sistema deverá rodar em nuvem, e sem que haja necessidade de demandar infraestrutura de data center da CEDAE

#### CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O critério estabelecido a ser utilizado é o do menor preço, sendo esse o mais adequado dentro dos critérios de julgamentos previstos no art.54 da Lei nº 13.303/2016

#### TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

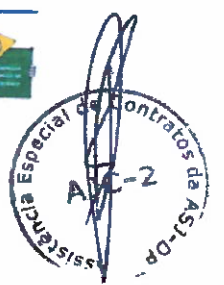
##### ☒ (X) SERVIÇO:

- (X) de natureza contínua ou ( ) de escopo;
- ( ) com mão de obra alocada ou (X) sem mão de obra alocada;
- ( ) regime de execução por preço unitário; ( X ) Regime de execução por preço global; ou ( ) Regime de execução por tarefa.

##### ☐ ( ) AQUISIÇÃO:

- ( ) forma de fornecimento integral; ( ) forma de fornecimento parcelada; ou ( ) forma de fornecimento contínua;

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br





#### PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de vigência do contrato será de 2 anos, contados do dia indicado na ordem expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que poderá ser emitida após a assinatura do contrato.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o art. 71 da Lei n° 13.303/2016.

O prazo de implantação não poderá ultrapassar 30 dias;

O contrato deverá possuir cláusula de rescisão antecipada pela CEDAE, a qualquer tempo;

#### LOCAL DE EXECUÇÃO

Implantação de sistema informatizado de manutenção, em atendimento aos equipamentos e ambientes do prédio Sede, localizado a Avenida Presidente Vargas, 2655, Centro Rio de Janeiro.

#### CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Deverá ser observada, no que couber, a Ordem de Serviço "E" n° 14.693 de 23 de maio de 2017, que estabelece os procedimentos para a emissão provisória e definitiva para os contratos administrativos

#### PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO

Ter disponível equipe de manutenção capacitada para atender a solicitações de problemas pertinentes ao software de manutenção

A contratada deverá garantir os serviços implantados, e realizar atendimento de assistência técnica do sistema, em casos de necessidade de restabelecimento funcional;

#### FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos ocorrerão a cada 30 dias, tendo como referência o valor global do contrato, descontados os valores medidos através dos indicadores de desempenho (item 11 deste termo), definidos no escopo deste documento, mediante aprovação pela Comissão de Fiscalização.

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)







### OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será responsável pela execução de todos os serviços técnicos profissionais especializados;

A CONTRATADA será responsável, ainda, por:

- Elaborar cronograma dos serviços em conjunto com a CEDAE;
- Atender as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as orientações da CEDAE;
- Emprego de mão de obra apropriada especializada;
- Utilização de todas as ferramentas e equipamentos apropriados, necessários a execução dos serviços;
- Impostos e encargos sociais trabalhistas em geral;
- Fornecer cronograma físico/financeiro para aprovação da CEDAE;
- Informar quem será o profissional responsável, durante todo o período de execução dos serviços, o qual deverá se responsabilizar pelo acompanhamento dos serviços (local ou a distância) e evitar quaisquer prejuízos aos bens da Administração;
- Manter confidencialidade dos sistemas, informações e propriedade intelectual

### AMOSTRA

Não se aplica.

### VISITA TÉCNICA

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente na área Técnica de Serviços pelo telefone 2332-3826, podendo sua realização ser comprovada por:

Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não realizá-la, que assume total responsabilidade por este fato e que não

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria o licitante, ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

#### DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

O contrato a ser celebrado entre a CEDAE e a empresa que se sagrar vencedora no procedimento licitatório, conterà o denominado "Acordo de Nível de Serviço - ANS", que será parte integrante do instrumento contratual;

O Acordo de Nível de Serviço será definido como um pacto firmado entre contratante e contratado, por meio do qual serão estabelecidas metas de nível de serviço, além das responsabilidades das partes envolvidas;

O ANS mostra-se necessário para viabilizar a própria contratação, imprimindo maior dinamismo na responsabilização da CONTRATADA por eventuais infrações contratuais, refletindo em uma prestação de serviços mais eficiente; Para cada espécie de infração - branda, moderada ou grave - será atribuída uma determinada pontuação à CONTRATADA, na forma da tabela abaixo:

Tipo	Ocorrência	Pontuação
Branda	1. Tempo de atendimento entre 1h e 2h após receber comunicado (via telefone) sobre problemas no sistema 2. Tempo de restabelecimento do sistema entre 1h e 2h em caso de paralização do sistema	01 Ponto
Moderada	1. Tempo de atendimento entre 2 h e 3 h após receber comunicado (via telefone) sobre problemas no sistema 2. Tempo de restabelecimento do sistema entre 2h e 3h em caso de paralização do sistema	02 Pontos
Grave	1. Tempo de atendimento acima de 3h após receber comunicado (via telefone) sobre problemas no sistema	03 Pontos

Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



Tipo	Ocorrência	Pontuação
	2. Tempo de restabelecimento do sistema acima de 3h em caso de paralização do sistema	

A depender da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo do período da medição em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos ou mais	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

Para que seja feito o desconto percentual da fatura, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

Verificando a existência de irregularidade na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos;

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço;

Em caso de não acolhimento das razões do prestador de serviço pela Comissão de Fiscalização, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível.

Ressalte-se que a inserção das aludidas cláusulas não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no Regulamento Interno de





Licitações e Contratos da CEDAE, estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual, além das penalidades específicas.

#### FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Não será dispensado contrato entre as partes

#### CONDIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA não poderá causar danos diretos e indiretos na infra, nos equipamentos e instalações da CEDAE, enquanto da realização dos serviços.

Na execução dos trabalhos, deverá haver plena proteção contra riscos de acidentes com o pessoal da CONTRATADA e com terceiros, com o cumprimento fiel do estabelecido na legislação nacional no que concerne a segurança, bem como, obedecer a todas as normas, a critério da Fiscalização, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço.

**Os serviços deverão ser executados em restrito atendimento às normas específicas de serviços em software, e as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) ou na falta destas, as normas internacionais.**

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

## AVISO

**COMUNICA A SUSPENSÃO** do Contrato de Prestação de Serviços nº 040/2018, firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 15/04/2020. Processo nº E-12/06/111494/2017.

M: 2248104

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**IDENTIFICAÇÃO:** Termo Aditivo XI de Promulgação, Retificação ao Contrato nº 163/2014, assinado em 20/04/2020. PARTES: DER-RJ e a Empresa CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. OBJETO: Promulgação do prazo do Contrato, por 180 (cento e oitenta) dias corridos. Sem alteração no valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-16/002.001180/2020.

M: 2248384

Secretaria de Estado da  
Casa Civil e Governança

## AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA comunica aos interessados que se encontram disponíveis no portal SI-GA, [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), PED002/20 - SECCG, no campo "Documentos Avulsos do Edital", os pedidos de esclarecimentos e impugnação quanto ao Edital de Pregão Eletrônico nº 0002/2020 e que a licitação se encontra ADIADA para o dia 07/05/2020, às 10 horas, considerando os feriados e ponto facultativo dos dias 21, 22 e 23 de abril de 2020, que impossibilitaram tempo hábil para formulação das devidas respostas.

M: 2248482

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato IO nº 02/2020.  
**FUNDAMENTO:** Art. 29, II da Lei Federal nº 13.303/16.  
**PARTES:** Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e a EDITORA A NOTICIA LTDA.  
**OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa jornalística para prestação de serviços de publicação de avisos de editais da IOERJ, pelo período de 12 (doze) meses, em jornal de grande circulação, de acordo com as especificações abaixo:  
Formato: 2 colunas X 7 cm (5,7 cm de largura X 7 cm de altura); Local de publicação: página de classificações do jornal MEIA HORA; Quantidade estimada para o período de 12 meses: 50 avisos de editais.  
**VALOR:** R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e noventa reais).  
**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2151.22.122.0002.2016.  
**NATUREZA DA DESPESA:** 09100.3104.012.  
**PRazo VIGENCIA:** 12 (doze) meses, na forma da cláusula segunda do instrumento subordinante.  
**DATA ASSINATURA:** 31/03/2020.  
**PROCESSO IO Nº E-12/079/0803/2019**

M: 2248486

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 6925.0000374.17.2.  
**FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.  
**PARTES:** Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e a ARAUCARIA NITROGENADOS.  
**OBJETO:** Constitui o objeto do presente instrumento o acréscimo de valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao valor total do Contrato nº 6925.0000374.17.2, relativo à prestação de serviços contínuos de publicação dos expedientes do CONTRATANTE, com fundamento no art. 57, inciso II, e na Cláusula Primeira do Objeto.  
**VALOR:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).  
**NOTA DE EMPENHO:** 182619.  
**DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2020.  
**PROCESSO IOERJ Nº E-12/079/0772/2017.**

M: 2248472

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
AVISOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020.**  
**OBJETO:** Aquisição, através de Leasing Mercantil de 03 (três) unidades de solução integrada de hardware hiperconvergente e de 03 (três) unidades de solução integrada de software hiperconvergente, com garantia de 60 meses, para o ambiente tecnológico da IOERJ, conforme especificação e quantificado no Termo de Referência (Anexo I) e na Proposta-Detalhada (Anexo II).  
**DATA:** 09/05/2020.  
**HORARIO:** 09:00h.  
**LOCAL:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).  
**PROCESSO IO E-12/078/0815/2019.**  
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).  
Publicação de acordo com o art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 46.574/2019.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2020.**  
**OBJETO:** Aquisição de software (WINDOWS 10 PRO 32/64 BITS e OFFICE 365 2019 PRO) para atualização de sistema operacional das 211 (duzentas e onze) máquinas, e outros softwares pertinentes aos serviços da IOERJ, conforme especificação e quantificado no Termo de Referência (Anexo I) e na Proposta-Detalhada (Anexo II).  
**DATA:** 08/05/2020.  
**HORARIO:** 10:30h.  
**LOCAL:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).  
**PROCESSO IO E-12/078/0752/2019.**  
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).  
Publicação de acordo com o art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 46.574/2019.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020.**  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento integral de: Papel Couché Brilho COMERCIAL 150grs - Formato: 66x96 cm, Papel Couché fosco COMERCIAL 150grs - Formato: 66x96 cm, Papel Couché fosco IMUNE 90grs - Formato: 66x96 cm, Papel Couché Brilho Imune 170grs - Formato: 66x96 cm, Papel Couché Brilho IMUNE 115grs formato 66x96, Papel Couché Brilho IMUNE 90GRS - Formato: 88x117 cm, Papel Couché Brilho IMUNE 150grs - Formato: 88x96 cm, Papel Couché fosco IMUNE 115grs - Formato: 66x96 cm, Papel Couché fosco IMUNE 150grs - Formato: 66x96 cm, para atender as necessidades diárias da indústria gráfica da IOERJ, conforme especificação e quantificado na Proposta-Detalhada (Anexo II) e Termo de Referência (Anexo I).  
**DATA:** 09/05/2020.  
**HORARIO:** 13:30h.  
**LOCAL:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).  
**PROCESSO IO E-12/078/048/2019.**  
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).  
Publicação de acordo com o art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 46.574/2019.

M: 2248485

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 185/2019 (DPR).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o LEANKEEP SOFTWARE LTDA.  
**OBJETO:** Implementação de sistema informatizado de manutenção predial do prédio sede da Nova CEDAE.  
**PRazo:** 02 (dois) anos.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 15.332,00 (quinze mil trezentos e trinta e dois reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 23/03/2020.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.578/2019 (DL nº 014/2019 - DPR).

M: 2248449

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 031/2016 (DH).**  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DA COSTA DO SOL E REGIÃO SERRANA (SETRANSOL).  
**OBJETO:** "prorrogação do prazo de execução dos serviços".  
**PRazo:** 12 (doze) meses.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 120.503,40 (cento e vinte mil, quinhentos e três reais e quarenta centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 24/04/2020.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-17/100.136/2016 (Inexigibilidade de Licitação - IL nº 002/2016 - DH).

M: 2249135

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DH).**  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA - SINDPASS.  
**OBJETO:** "prorrogação do prazo de execução dos serviços".  
**PRazo:** 12 (doze) meses.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 147.508,08 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais e oito centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 24/04/2020.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-17/100.137/2016 (Inexigibilidade de Licitação - IL nº 003/2016 - DH).

M: 2249136

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 634/2020 - AD-PR-31.  
**OBJETO:** Serviço de reparo de um transformador da subestação da ETA DO LARANJAL.  
**DATA DA ETAPA DE LANCES:** 08/05/2020 - HORÁRIO: 11:00 horas.  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4, 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.853 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21.332-3828 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

M: 2248440

## Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE BEBIDAS - AFE 11

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFE 11 - BEBIDAS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comprometimento do contribuinte responsável pela fatura, abaixo citada, no prazo de cinco dias, a partir da data da ciência, conforme inciso IV, art. 38, Decreto nº 2473/79, para apresentar os documentos e informações, abaixo relacionados, referentes ao período de 01/01/2015, até 31/12/2015, em atendimento às solicitações do Auditor Fiscal da Receita Estadual Henrique Martins Vieira, ID 4383896-7, realizada através da intimação nº 531771-28/1 do RAF nº 531771-28, 04 VERESP.

## Exigências:

- 1) As notas fiscais eletrônicas de saídas (NFE), na condição de transporte próprio em veículo de sua propriedade, ou de conhecimentos de transporte eletrônicos (CT-e) na condição de prestador de serviço de transporte interestadual, para as operações comerciais realizadas;
- 2) Escatulação nos Livros de Saída correspondentes a essas notas de saída;
- 3) Comprovantes de pagamentos recebidos e demais documentos relacionados à transação comercial.

Os 3 itens devem ser apresentados para as operações realizadas com os seguintes contribuintes destinatários e respectivos CNPJ:

- PS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - 13708884000172
- ANTONIO PAULO FERREIRA DE CASTRO - 22537323000151
- VICENTE JUNIOR SIMÕES DA SILVA - 22333988000171
- JOSILDO FLOR DA SILVA - 02012821430

- O não cumprimento das exigências poderá acarretar o cancelamento de inscrição estadual nos termos do art. 60 e seguintes do Anexo I, da Parte II, de Res. SEFAZ nº 720/2014.

Empresa: COMERCIAL 55 MACAÉ TRANSPORTES LTDA  
Inscrição Estadual: 79.234.738.  
Endereço: RUA E 11 348 SALA 01 NOVO HORIZONTE - MACAÉ - RJ  
- BRASIL - CEP: 27935070  
CNPJ: 12811274/0001-40

M: 2249073

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações Internacionais

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 011/17. PARTES: CODIN e a MUNDIOX TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato nº 011/17, por mais 12 (doze) meses, contados de 26/02/2020 a 26/02/2021. VALOR: R\$ 15.739,06 (quinze mil setecentos e trinta e nove reais e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 16/04/2020. FUNDAMENTO DO ATO: Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, além de Cláusula Segunda do Contrato nº 011/17. PROCESSO CODIN Nº E-12/16/916/17.

M: 2249014

## Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO

## AVISO

Nos termos do art. 123, da Lei nº 8.404/1976, fica o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, detentor da totalidade do capital social da EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP, convidado a participar, no dia 30/04/2020, às dez horas, em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre os pontos de pauta, abaixo especificados, através da ferramenta virtual, a ser definida pelo mesmo antes da data designada, em razão da situação de emergência no Estado no combate ao Covid-19, conforme o que dispõe o art. 3º, § 3º do Decreto Estadual nº 46.970, de 13/03/2020. Ordem do dia:  
1- Apreciação da prestação de Contas dos exercícios de 2016, 2017 e 2018;  
2- Eleição dos membros do Conselho de Administração; e  
3- Eleição dos membros do Conselho Fiscal.  
Nos termos do art. 134, § 1º da Lei nº 8.404, de 15 de dezembro de 1976, fica convocado a se fazer presente, sem direito a voto, o Conselho de Administração - EMOP/CONAD, para atender eventuais pedidos de esclarecimentos.

M: 2248533

## Secretaria de Estado de Polícia Militar

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo ao Contrato nº 133/2019.  
**PARTES:** SEPM e a NUTRIC NUTRICIONAL LTDA.  
**OBJETO:** Constitui o objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 133/2019, relativo à aquisição de Insumos de Nutrição.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 6.025,30 (seis mil vinte e cinco reais e trinta centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2020.  
**FUNDAMENTO:** O constante do Processo Administrativo nº E-09/106/259/2017.

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo ao Contrato nº 134/2019.  
**PARTES:** SEPM e a PROCARE - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
**OBJETO:** Constitui o objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 134/2019, relativo à aquisição de Insumos de Nutrição.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 35.449,16 (trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2020.  
**FUNDAMENTO:** O constante do Processo Administrativo nº E-09/106/259/2017.

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo ao Contrato nº 135/2019.  
**PARTES:** SEPM e a SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.  
**OBJETO:** Constitui o objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 135/2019, relativo à aquisição de Insumos de Nutrição.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 58.870,11 (cinquenta e nove mil oitocentos e setenta reais e onze centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2020.  
**FUNDAMENTO:** O constante do Processo Administrativo nº E-09/106/259/2017.

M: 2248955

## AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 045/2020 - Tipo Menor Preço Global por Item.**  
**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição de material de multiplicação complementar, denominado de "lit lanche".  
**REALIZAÇÃO:** 12/05/2020, às 10h00min.  
**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 2.843.258,60.  
**LOCAL:** [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).  
**PROCESSO Nº E-35/192/48/2020.**

O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no portal eletrônico [www.pme.rj.gov.br](http://www.pme.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 12,10 (doze reais e dez centavos), na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, RJ - Quartel General - Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, comprovado por meio de guia de depósito da ordem financeira contratada pelo Estado, Banco Bradesco, agência nº 8898, conta corrente nº 3023-6, a favor a PMERJ.

M: 2248442

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

## EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

**INSTRUMENTO:** Ordem de Fornecimento de Bens nº 104/2020 - FUSPOM.  
**PARTES:** SEPM e a Hunter Científica Comércio e Serviços Ltda - CNPJ: 00.304.559/0001-05.  
**OBJETO:** Aquisição de materiais médicos hospitalares - COVID-19.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).  
**GESTOR:** 1º SGT PM RG 66.025 Alessandra Almeida de Andrade (DSS/3).  
**FISCAIS:** CAP PM ENF RG 89.669 Carla Sena Barbosa de Oliveira - ID Funcional: 43616216 (HCPM); CAP PM ENF RG 89.414 NATÁLIA VICTOR MADEIRA SENNA - ID FUNCIONAL: 4354606 (HCPM); CAP PM RG 82.485 Camila Verdian do Nascimento Santana (HPM/MT); 2º SGT PM RG Alex Sandro Pereira Pinto (HPM/MT).  
**DATA DA ASSINATURA:** 17 de abril de 2020.  
**FUNDAMENTO:** O constante do Processo Administrativo nº E-35/081/52/2020.

**INSTRUMENTO:** Ordem de Fornecimento de Bens nº 135/2020 - FUSPOM.  
**PARTES:** SEPM e a CSC Comercial São Cristóvão EIRELI - CNPJ: 30.012.044/0001-00.  
**OBJETO:** Aquisição de materiais médicos hospitalares - COVID-19.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).  
**GESTOR:** 1º SGT PM RG 66.025 Alessandra Almeida de Andrade (DSS/3).  
**FISCAIS:** CAP PM ENF RG 89.669, Carla Sena Barbosa de Oliveira - ID Funcional: 43616216 (HCPM); CAP PM ENF RG 89.414, NATÁLIA VICTOR MADEIRA SENNA - ID FUNCIONAL: 4354606 (HCPM); CAP PM RG 82.485 Camila Verdian do Nascimento Santana (HPM/MT); 2º SGT PM RG Alex Sandro Pereira Pinto (HPM/MT).  
**DATA DA ASSINATURA:** 20 de abril de 2020.  
**FUNDAMENTO:** O constante do Processo Administrativo nº E-35/081/52/2020.

M: 2248446

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Ordem de Fornecimento de Bens nº 114/2020 - FUSPOM.  
**PARTES:** SEPM e a CSC Comercial São Cristóvão EIRELI - CNPJ: 30.012.044/0001-00.  
**OBJETO:** Aquisição de materiais médicos hospitalares.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 1.980.000,00 (um milhão noventa e oitenta mil reais).



DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

## ATO DO PRESIDENTE

## PORTARIA DETRAN-RJ Nº 58570 DE 22 DE ABRIL DE 2020

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL NAS DEPENDÊNCIAS DO DETRAN-RJ, COMO MEDIDA DE REDUÇÃO DA CONTAMINAÇÃO PELO SARS-COV-2.**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais,

## CONSIDERANDO:

- que o Estado do Rio de Janeiro reconheceu a situação de emergência em saúde por meio do Decreto nº 48.973, de 16 de março de 2020, confirmada pela Lei Estadual nº 8.794, de 17 de abril de 2020;

- que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio do coronavírus (Sars-Cov-2), causador da doença COVID-19;

- que a omissão das entidades públicas poderá gerar um grave transtorno à saúde coletiva e a responsabilização de seus agentes e do próprio Estado decorrente dessa omissão;

- o reconhecimento, pela Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia - SBPT, pela Organização Pan-Americana de Saúde - OPA, pela Organização Mundial da Saúde - OMS, quanto à eficácia do uso de máscara facial, como medida de redução da contaminação pelo Sars-Cov-2;

- as informações constantes do documento Orientações Gerais - Máscaras faciais de uso não profissional, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de 3 de abril de 2020;

- que as máscaras de pano feitas com itens domésticos ou feitas em casa com materiais comuns e de baixo custo podem ser usadas como uma medida voluntária adicional de saúde pública;

- que a situação de calamidade sanitária ainda não está estabilizada, sendo necessária a preservação da integridade física dos servidores;

- ainda o constante dos autos do Processo nº SEI-160005/000331/2020,

## RESOLVE:

Art. 1º - Tornar obrigatório o uso de máscara de proteção facial não profissional como condição para o ingresso e permanência na sede e nas unidades de atendimento do DETRAN-RJ.

Parágrafo Único - A obrigação se aplica a servidores, terceirizados prestadores de serviços e público em geral durante a permanência em unidades com funcionamento autorizado, a partir da publicação desta Portaria, até a flexibilização das restrições por meio de Decreto Estadual.

Art. 2º - As máscaras de proteção facial não profissionais deverão observar os materiais e modelos propostos pelo Ministério da Saúde e entidades oficiais de Saúde, conforme Nota Informativa nº 03/2020-CGAP/DESF/SAPS/MS e Orientações Gerais - Máscaras faciais de uso não profissional, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, disponíveis nos endereços <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abr/04/15801047102-Nota-Informativa.pdf> e <http://portal.anvisa.gov.br/documents/2192014340788/%20NT-M%20C%20A%20scaras.pdf> e/ou 30184-8550-42cb-a975-1d5e105a10f7, respectivamente.

Art. 3º - A inobservância ao disposto na Portaria impossibilitará a entrada e permanência no sede e em unidades do DETRAN-RJ com funcionamento autorizado, sem prejuízo da apuração de responsabilidades quanto ao infrator.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da publicação.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020

MARCELLO BRAGA MAIA  
Presidente

M: 2249189

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOASDESPACHO DA COORDENADORA  
DE 20.04.2020

PROC. Nº SEI-160192/001897/2020 - JULIO CESAR BRAGA GOMES, ID Funcional nº 4384045-0. AUTORIZO a averbação de tempo de serviço, na forma a seguir: Com base no art. 9º, o seu Parágrafo Único da Lei nº 330, de 06/03/1992, prestado no período compreendido de 12/08/2004 a 07/08/2009, a Vieção Progresso e Turismo S/A, no total de 1.816 dias de exercício.

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 06.04.2020  
PÁGINA 01 - 3ª COLUNA

DESPACHO DA COORDENADORA  
DE 31.03.2020

Proc. Nº SEI-160192/001369/2020  
Onde se lê: ID Funcional nº 5002233-1...  
Lê-se-se: ID Funcional nº 5052233-2...

M: 2249185

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEMDESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 17.04.2020

PROC. Nº SEI-160002/001174/2020 - Com fundamento no art. 58, inciso I e art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com os pareceres da Assessoria Técnica Jurídica (documento nº 4231839) e da Auditoria Interna (documento nº 4233863), AUTORIZO o Termo Aditivo de Retificação e Ratificação do Contrato nº 029/2019, cujo objeto consiste na "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA PARA A MALHA RODoviária ESTADUAL, SOB CIRCUNSCRIÇÃO DA 7ª ROC, ABRANGIDA PELOS MUNICÍPIOS DE MACAÉ, CONCEIÇÃO DE MACABU, CARAPEBUS, QUISSAMA, RIO DAS OSTRAS E CASIMIRO DE ABREU, pela Empresa VISÃO EMPREENHIMENTOS LTDA, sem alteração de valor, ficando APROVADO o cronograma físico-financeiro (documento nº 4154337), devidamente assinado.

M: 2249854

Secretaria de Estado da  
Casa Civil e Governança

## ATOS DO SECRETÁRIO

## DE 24 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

## RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 03 de abril de 2020, publicado no D.O. de 06/04/2020, que nomeou ERIKA YUKIO MURAOKA DE SOUZA, ID Funcional nº 5052020-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAS-8, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Rebecca Araujo Vasconcelos de Oliveira, ID Funcional nº 5099928-1. Processo nº SEI-160192/002244/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, GILSON CARDOSO DOS SANTOS JUNIOR, ID Funcional nº 5031028-3, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAS-8, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002244/2020.

NOMEAR ERICK DUARTE CORREA, ID Funcional nº 571079-0, para exercer, com validade a contar de 17 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAS-8, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Gilson Cardoso dos Santos Junior, ID Funcional nº 5031028-3. Processo nº SEI-160192/002244/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, ALEXANDRE SEPPA PINHEIRO, ID Funcional nº 571328-5, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria da Segurança, da Corregedoria, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002231/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, CRISTIANE DA SILVA OIOLI, ID Funcional nº 5109647-1, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Sindicância, da Corregedoria, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002208/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, MAURO DE SOUZA E SILVA, ID Funcional nº 5106429-4, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Correção e Inspeção, da Corregedoria, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002232/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, LUIS AUGUSTO DE CASTRO SOUSA, ID Funcional nº 5100287-1, do cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAS-8, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002244/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, JORNI SANTANA DA SILVEIRA, ID Funcional nº 4190088-8, do cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAS-8, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002232/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2020, NAIARA STURIO DE ASSIS, ID Funcional nº 5080763-3, do cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAS-8, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-160192/002244/2020.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 15 de abril de 2020, EUGENIO BATISTA COSTA MACHADO, ID Funcional nº 5101769-5, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria da Casa Civil e Governança, Processo nº SEI-120001/004020/2020.

NOMEAR DANIEL RYBA ZANARDINI DE OLIVEIRA para exercer, com validade a contar de 22 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Erickson Baptista Costa Machado, ID Funcional nº 5101769-5. Processo nº SEI-120001/004020/2020.

NOMEAR BRUNO PEREIRA CUNHA para exercer, com validade a contar de 13 de abril de 2020, o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, da Secretaria da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Carlos Alberto Mayer Oliveira, ID Funcional nº 2823203-8. Processo nº SEI-120211/000457/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 13 de abril de 2020, FRANCISCO FABIANO NETO, ID Funcional nº 4250741-3, do cargo em comissão de Secretário II, símbolo DA1-6, do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, da Secretaria da Casa Civil e Governança, Processo nº SEI-120211/000460/2020.

NOMEAR ISABELLA DE SOUZA RIBEIRO para exercer, com validade a contar de 15 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Atuação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Clarissa Cruz da Silva, ID Funcional nº 5012985-6. Processo nº SEI-120013/000493/2020.

NOMEAR MARCO ANTONIO CORRÊA para exercer, com validade a contar de 15 de abril de 2020, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Proteção, Aqueduto e Publicações, da Superintendência de Administração e Relacionamento, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Obras, anteriormente ocupado por Livia Alves Dias, ID Funcional nº 5007773-2. Processo nº SEI-170026/000889/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 24 de abril de 2020, CASSIA EDITH FARIAS DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 510582-1, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações, da Diretoria Geral de Administração e Finanças - DGAF, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070026/000588/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 24 de abril de 2020, LETICIA ALVES DOS SANTOS, ID Funcional nº 438858-5, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070026/000588/2020.

NOMEAR CASSIA EDITH FARIAS DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 510582-1, para exercer, com validade a contar de 24 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Letícia Alves dos Santos, ID Funcional nº 438858-5. Processo nº SEI-070026/000588/2020.

NOMEAR LUCIANNE NEIVA REIS para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão Operacional, da Diretoria Administrativa e Operacional, da Fundação Arlindo Mattoso de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Wellington França Leite Junior, ID Funcional nº 5053616-6. Processo nº SEI-180002/000203/2020.

NOMEAR ROBSON FERRAZ DE MENEZES, ID Funcional nº 200585-8, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Administração de Operações, da Coordenação de Transportes Terrestres, da Superintendência de Transportes, da Subsecretaria Militar, do Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente ocupado por Ana Paula Souza da Costa, ID Funcional nº 200065-0. Processo nº SEI-390002/000989/2020.

APOSTILA DO SECRETÁRIO  
DE 24 DE ABRIL DE 2020

DECRETO DE 17/04/2020 - D.O. DE 20/04/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-290005/000446/2020, fica esclarecido que a nomeação de CATIA JANE DA SILVA a quem se refere o presente Decreto de cargo em comissão da estrutura da FAETEC, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, produzirá efeitos a contar da data da publicação.

M: 2249258

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 17/04/2020

PROCESSO Nº E-12/879/914/2019 - Considerando a manifestação da ASJUP acostada à fls. 8.83, RATIFICO e AUTORIZO que a Prestação de Serviço discriminada no Processo nº E-12/079/914/2019, seja adjudicatada à Empresa CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS PAGTO - LTDA, prestadora de serviço de passagem expressa em pedágio e estacionamentos utilizando transponder de identificação veicular (TV) - no valor total de R\$ 30.085,68 (trinta mil oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), para o período de 12 (doze) meses com fundamento no inciso II, do art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2016.

M: 2246888

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 16/04/2020

DESIGNA DULCINEIA DA ROCHA FREITAS, Agente Administrativa F, como Membro Titular e ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento F, como Membro Suplente, Gerente do Contrato LEO-MARCO CORREIA SA, Assessor Técnico, e JORGE LUIS GOMES CAMPOS, Agente de Saneamento H, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTACÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO PRECATORIAL DO PRÉDIO SEDE DA NOVA CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.579/2019. Ordem de Serviço P/FIS Nº 27.443-00/2020.

M: 2248488

## Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

## RETIFICAÇÃO

D.O. Nº 63-A DE 06.04.2020  
PÁGINA 01 - 3ª COLUNA

## ATO DO SUPERINTENDENTE

Onde se lê:  
PORTARIA SUFIS Nº 129 DE 02 DE ABRIL DE 2020

AUTORIZA A CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES  
FISCAIS DE CONTRIBUINTES DE INSPECTORIA  
DIVERSA DE SUA LOTACÃO ATUAL.

Leia-se:

PORTARIA SUFIS Nº 1293 DE 02 DE ABRIL DE 2020

AUTORIZA A CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES  
FISCAIS DE CONTRIBUINTES DE INSPECTORIA  
DIVERSA DE SUA LOTACÃO ATUAL.

M: 2248887

## CORREGEDORIA TRIBUTÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

## ATA DA 386ª SESSÃO DO COLEGIADO

No dia 22 do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às 17h:30min, reuniram-se, por meio de sessão virtual, considerando as necessárias medidas de prevenção ao contágio e propagação do Coronavírus (COVID-19), com fundamento no art. 4º, §1º, do Decreto do Estado do RJ nº 46.823/2019, c/c o Decreto do Estado do RJ nº 46.970/2020, c/c Decreto do Estado do RJ nº 47.027/2020, c/c a Resolução SEFAZ nº 135/2020, c/c o art. 3º, X, da Portaria CTCE nº 856/2020, os Corregedores membros do Colegiado da CTCE, o Procurador do Estado PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA, o Advogado EDUARDO BOTELHO KIRALYHEVY - OAB-RJ 114.461 e o Auditor Fiscal da Receita Estadual ALVARO MARQUES NETO. Aberta a sessão, o Colegiado aprovou, por unanimidade, a instauração de Sindicância para apuração dos fatos constantes nos autos do Processo Administrativo nº E-04/057415/2009 e conexos, nos termos da Promoção CTCE 06/2020-JCR a fls. 437-443 do referido processo. II) conhecer do recurso administrativo como pedido de revisão (a fls. 253-266) e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da Promoção CTCE 07/2020-JCR contida à fls. 267-271 do PAD E-04/084/60/2019, III) o arquivamento do processo administrativo disciplinar de fls. 1.439 e seguintes, na promoção CTCE 09/2020-JAC e nos termos do voto do Corregedor-Relator, conforme art. 94, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 69/1990, pelas seguintes conclusões: 1) deixar de comprovar a origem de recursos usados, direta ou indiretamente, para a compra de valores imóveis, bem como a origem de recursos recebidos, cuja soma é de R\$ 2.558.180,83 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e oitenta reais e oitenta e três centavos), o que neste ponto ensejaria a caracterização de improbidade funcional, em razão do disposto no inciso VII do art. 9º e no § 3º do art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.429/1992; 2) deixar de lavar auto de infração de obrigação principal relativa a créditos indevidos, considerando que o contribuinte não desempenhava as atividades industriais necessárias para usufruir do benefício de crédito presumido de ICMS de dezembro de 2009 a julho de 2011, o que neste ponto ensejaria a caracterização de improbidade funcional, em razão do disposto nos incisos X e XII do art. 10 da Lei Federal nº 8.429/1992; 3) deixar, em pelo menos duas oportunidades, de lavar auto de infração relativo a ICMS, acrescidos de multa e atualização, o que neste ponto ensejaria a caracterização de improbidade funcional, em razão do disposto nos incisos X e XII do art. 10 da Lei Federal nº 8.429/1992. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo Corregedor-Chefe e